

Apresentação

Telma Camargo da Silva

Doutora em Antropologia (City University of New York)

Professora na Universidade Federal de Goiás

tcamargo@uol.com.br

Maria Luiza Rodrigues

Doutora em Ciências Sociais (Universidade de Brasília)

Professora na Universidade Federal de Goiás

mariluizars@yahoo.com.br

Cornelia Eckert

Doutora em Antropologia Social (Paris V - Sorbonne)

Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

corneliaeckert@terra.com.br

AS PESQUISAS ANTROPOLÓGICAS têm buscado responder teórica e metodologicamente às complexas situações de rupturas na vida cotidiana. São tensões decorrentes de diferentes ordens de sentido vividas como de descontinuidades espaço-temporais, em níveis locais, regionais, nacionais e transnacionais: crises ambientais, criminalidades, tráfico de seres humanos e desastres, considerando aí as ações públicas e estatais. O dossiê “Etnografias de eventos críticos na América Latina: memórias, testemunhos e traumas” reúne artigos sobre várias dimensões dessa descontinuidade da ordem social e das rupturas nas trajetórias de grupos e indivíduos (estupro, massacre, abuso de drogas, violência do Estado e violência urbana).

Essas experiências podem ser agrupadas em torno da noção de eventos críticos (Das, 1996), na medida em que elas perpassam diferentes instituições, transformando o cotidiano dos indivíduos e das famílias atingidas nas suas relações – entre outras – com a comunidade, com a burocracia, com o sistema judicial, com o saber médico e com o Estado. Entende-se que os eventos críticos não são pontuais, mas sim resultados de um processo cujas experiências e representações são produzidas num campo de forças (Wolf, 1990) em que se constroem e reconstroem historicamente alinhamentos sociais e o mundo simbólico.

No processo da vivência desses eventos e das rupturas por eles causadas, a produção da memória é um dos elementos significativos para a apreensão do significado por eles engendrado. No jogo da lembrança e do esquecimento pertinente à produção da memória, diversas narrativas produzidas sobre os eventos críticos articulam, de um lado, o discurso oficial e, de outro, as múltiplas narrativas trazidas pelos sobreviventes. Em muitos casos, as lembranças apontam para a contínua repetição do drama vivido, sinalizando que o rito de passagem, performativo da superação do trauma e do terror, não foi ainda vivenciado, persistindo a condição de vitimização. Em outros, os processos narrativos formulam novas identidades fortalecidas pelo empoderamento (Bookman & Morgen, 1988), advindo da perspectiva assumida de agência (Ortner, 2007) em face do drama.

Essas considerações implicam uma reflexão também sobre o fazer etnográfico e levantam questões sobre o papel do antropólogo nesses

contextos, a dimensão ética e política de fazer antropologia de eventos críticos. Nesse sentido, a narrativa na etnografia desses eventos implica não somente a qualidade própria do encontro etnográfico – aceite ou não do antropólogo como sujeito da escuta –, mas também outras questões como: “Por que eu falo, eu narro, um evento traumático que me provoca sofrimento?”.

No artigo intitulado “Experiencias de violencia, etnografia y recomposición social en Colombia”, Myriam Jimeno, Daniel Varela e Ángela Castillo problematizam o papel do antropólogo na pesquisa de contextos de violência, apresentando a etnografia da memória como estratégia para a reconstrução social e coletiva em situação de eventos críticos. A análise dos autores é feita a partir da reorganização da população atingida pelo massacre do rio Naya, ocorrido em 2001 na Colômbia, em que um grupo de paramilitares assassinou quarenta pessoas. O trabalho focaliza um grupo composto por 56 famílias, camponesas e indígenas, que reivindicaram uma identidade indígena – os Kitek Kiwe. A partir do conceito de antropólogo-cidadão e da confecção de *productos de la memoria*, os autores exploram os recursos cognitivos, simbólicos e emocionais que viabilizam uma recuperação emocional da dor pessoal e permitem incorporar a categoria de *desplazados* e de vítimas no cenário global de violação dos direitos humanos. O argumento estruturante é o de que os contextos etnográficos que envolvem relatos de dor implicam necessariamente o exercício reflexivo sobre o caráter ético e político do antropólogo. Esses cenários descortinam também a tensão interna da etnografia, entendida como método que condensa o rigor acadêmico e, ao mesmo tempo, propicia a experiência de relações intersubjetivas e emocionais.

Jimena Maria Massa, em seu artigo “Imaginários midiáticos de um evento crítico; o 'estuprador serial' de Córdoba (Argentina)”, analisa a narrativização do estupro via internet, uma ação mobilizadora que descortina ao mesmo tempo o sofrimento impetrado pela segunda violação ocorrida nas delegacias não preparadas para receber as queixas das denunciantes. Engendradas em um campo de forças, as narrativas resultam polissêmicas: o perfil das mulheres estupradas – estudantes universitárias – se encaixa na categoria de “vítima genuína” e reverbera através da mídia o imaginário de “inocência”. Contudo, outra representação emerge quando o particular e o singular da denúncia autoral, via mensagem eletrônica, repercutem na esfera pública. Ao inventar estratégias de resistência e empoderamento diante do Estado, a imagem da mulher valente se sobrepõe à identidade de “vítima sofredora” e ressignifica as vivências do grupo de 93 mulheres estupradas.

No artigo “‘A viagem de volta’: o reconhecimento de indígenas no sul do Brasil como um evento crítico”, Ceres Victóra discute como os Charrua de Porto Alegre vivenciaram a ratificação – pelo Estado – de sua condição como indígenas. Durante tal processo, novas relações foram constituídas, outras percepções emergiram e memórias foram construídas para dar conta do processo. O processo de reconhecimento altera as relações entre o grupo e os setores da sociedade envolvente, principalmente os agentes governamentais. Além disso, provoca transformações no cotidiano e nas percepções. Através do que a autora chama de “corporificação dos tempos passado e presente”, os indígenas lançaram mão de narrativas legitimadoras da possibilidade de serem reconhecidos como grupo étnico pelo Estado brasileiro.

Considerando o abuso de drogas como desencadeador de rupturas na vida cotidiana de usuários, o artigo “Experiências de ruptura de usuários de drogas”, de Jacqueline Schneider, trata das narrativas ela-

boradas sobre suas experiências com intervenções terapêuticas. O texto foi construído a partir de etnografia realizada em três instituições que se encaixam em diferentes tipos de comunidades terapêuticas, todas localizadas na região metropolitana de Curitiba: Igreja do Santo Daimé Céu da Nova Vida, Comunidade Terapêutica Água da Vida e um grupo dos Alcoólicos Anônimos. No desenvolvimento da pesquisa, durante as entrevistas, a autora utilizou a técnica da “fala aberta” de modo a evitar a sobreposição da perspectiva teórica da pesquisadora sobre a fala dos sujeitos. O trabalho considera como são elaborados os modelos pessoais e coletivos acerca da experiência traumática dos indivíduos. O artigo também nos mostra que, a partir de uma locução moral, o que se evidencia é que tais experiências são fragmentadoras dos sujeitos, colocando em jogo seu próprio estatuto.

A construção da memória pública sobre a ditadura argentina é o tema do artigo “La construcción social de los espacios para la memoria sobre el terrorismo de Estado en Argentina como lugares de ‘memoria auténtica’”, de Ana Guglielmucci. O que conservar, como conservar e para quais finalidades falar do passado traumático são perguntas que a autora faz aos diversos sujeitos envolvidos na transformação dos antigos Centros Clandestinos de Detenção em espaços para a memória sobre o terrorismo do Estado. A autora analisa como os grupos de familiares de desaparecidos, os sobreviventes dos Centros Clandestinos de Detenção e os grupos governamentais concebem o que e como deve ser lembrado, e no que consistiria, enfim, a memória autêntica que formatasse a utilização desses lugares. Em análise, os debates travados por esses grupos quanto ao futuro dos prédios da ESMA e do Olimpo, dois famosos centros de tortura e de desaparecimento de pessoas durante a ditadura. O que fazer com esses prédios? Que utilização dar a eles? O que deve ser conservado? Como? Todas as questões constituíram temas de debates, evidenciando como a construção da memória do trauma opera através da tensa síntese entre o que é possível ser dito e aquilo que não pode ser enunciado, ou seja, o terror.

Tratando do desaparecimento forçado de pessoas, como uma das práticas inerentes ao repertório da violência urbana, o artigo “Narrativa do terror e do sofrimento: relato materno sobre o desaparecimento forçado do filho”, de Fábio Araújo, apresenta e analisa as falas de uma mãe que vivenciou a desapareição de seu filho, em 2005, numa favela do Rio de Janeiro. A narrativa sugere outros ecos de terror e sofrimento e demonstra como e onde a tragédia pode ser compartilhada e tornada pública, com suas diferentes etapas: de uma narrativa de uma situação de surpresa e espanto para uma de cobrança por justiça. O desaparecimento do filho e a ausência de um corpo que evidencie sua morte provocam uma série de experiências que estabelecem uma relação crescente entre luto e justiça. Se o corpo do filho não foi encontrado, a justiça deve se cumprir para que o luto possa se completar. As memórias sobre o desaparecimento são partilhadas em circuitos restritos. Ao estabelecer uma relação de solidariedade, a escuta possibilitada faz com que o antropólogo seja mais uma testemunha da dor.

Em “Narrativas y experiencias acerca del sentido de la vida y la muerte: etnografías del dolor y tramas familiares”, Maria Ángela Aguilar e Maria Eugenia Suárez procuram tratar de situações-limite em que a dor e o sofrimento dão lugar a transformações profundas das relações e das perspectivas de pessoas e grupos. Parte de um projeto de investigação sobre experiências extremas relativas à morte ou a doenças terminais de crianças ou de jovens, a pesquisa tratou de evidenciar como os sujeitos diretamente envolvidos, principalmente as mães, procuram

dar novos sentidos a suas vidas e à de seus familiares, após tais experiências. Neste caso, também, a antropologia funciona como um lugar de escuta da dor, como testemunha que, ao ouvir, permite a rearticulação e a tentativa de locução do indizível. A maneira como essas pessoas ressignificam suas vidas e reorganizam suas relações pode ser compreendida através das narrativas após o conhecimento da doença terminal ou da morte prematura dos filhos. Nesse artigo, a proposição de Das (1996) de que o texto antropológico pode funcionar como um tipo especial de escritura permite a expressão da dor do outro.

Alexis Cortés problematiza em seu artigo “Da memória traumática ao relato heróico: o papel da violência na identidade do bairro da Población La Victoria em Santiago do Chile” como a violência, esse macroconceito, é vivido em uma microexperiência, no contexto de um bairro na cidade de Santiago do Chile. Trata-se de uma experiência traumática vivida por uma geração na ambiência da ditadura chilena. Espelhando a saga da migração do campo para a cidade, o autor relata o processo de ocupação de um território na periferia e a luta dos moradores pela inserção no espaço urbano, sofrendo as adversidades administrativas e políticas do Estado regulador e ditatorial. A qualidade organizativa da população no bairro é constrangida por uma ditadura que aborta as iniciativas e silencia a criatividade coletiva. Os rastros da experiência de resistência vibram na memória da próxima geração, que enfrenta novos dilemas de determinações socioeconômicas, mas não sem restaurar a memória da população do bairro a partir de um mito de fundação orientado pela tenacidade e pelo enfrentamento heróico ao poder ditatorial.

O artigo de Desirée de Lemos Azevedo, intitulado “Sobre gorilas e subversivos: memórias de um Brasil em conflito” nos traz o relato de eventos críticos no período da ditadura. Em um período marcado por antagonismos políticos, a autora propõe a emergência do processo ditatorial como um drama social brasileiro e analisa as tensões entre as posições direita x esquerda como paradigmas compassados de complexas representações. Os anos de chumbo na força das armas de Estado, pela inferência sobre a liberdade de pensamento e a ação coletiva, são carregados de acusações e estigmas. As memórias vividas nos testemunhos de militantes que se mobilizaram em formas de rebeldia da esquerda e trouxeram em seus relatos a repercussão dessa dicotomia vivida no país nas franjas da mundialização de uma construção política identificada como período da Guerra Fria. E, no seu bojo, advieram as práticas repressivas de terror seja nas experiências de tortura, seja nas experiências de exílio ou banimento, relações através das quais a ditadura consolidava o Estado-nação pela relação de exceção com a vida.

No artigo intitulado “Someter por las armas, vigilar por la cámara: Estado y visualidad en el Chaco indígena”, Mariana Giordano nos insere no cenário argentino, região habitada pelas etnias mocovíes, tobas, wichís e vilelas. Esses grupos conheceram, no século XIX, as novas determinações de configuração política, transformadas em Territorio Nacional del Chaco e as vicissitudes ali implicadas com o extermínio e a redução de povos indígenas. Apoiada no conceito de microfísica do poder, a autora narra as práticas de colonização do pensamento e da ação sobre as comunidades indígenas, desvendando as ideologias de submissão do instrumento fotográfico apropriado pelo Estado, as de poder na construção visual de um processo de invisibilização da trajetória cosmológica e as de visibilização da dominação. Paradoxalmente, a imagem reverbera na interpretação da antropóloga, que restaura as imagens na perspectiva crítica de narrar o processo de atrocidades na



ação do Estado civilizador. O artigo revela as ambíguas apropriações dessas imagens pelos grupos indígenas nos seus esforços de construção de reconhecimento de continuidade nos reveses dos valores ditos nacionais.

Referências

DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Nova Delhi: Oxford University Press, 1996.

BOOKMAN, Ann; MORGEN, Sandra. *Women and the politics of empowerment*. Philadelphia: Temple University, 1988.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (Orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

WOLF, Eric. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1990 [1982].